

# Acelen Industrial S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

## Índice

---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras .....	2
Balanco Patrimonial .....	3
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente .....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
1) A Companhia e suas operações .....	8
2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras .....	8
3) Políticas contábeis materiais .....	9
4) Estimativas e julgamentos críticos.....	9
5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.....	10
6) Caixa e equivalentes de caixa .....	11
7) Imobilizado .....	11
8) Fornecedores.....	12
9) Imposto de renda e contribuição social .....	13
10) Partes relacionadas .....	15
11) Patrimônio líquido.....	15
12) Despesa por natureza .....	16
13) Resultado financeiro .....	16
14) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade .....	16
15) Informações para a demonstração do fluxo de caixa.....	21
16) Eventos subsequentes.....	21



Deloitte Touche Tohmatsu  
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -  
4º ao 12º andares - Golden Tower  
04711-130 - São Paulo - SP  
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000  
Fax: + 55 (11) 5181-2911  
www.deloitte.com.br

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Acelen Industrial S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Acelen Industrial S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acelen Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### *Contexto operacional*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, com o início da construção da biorrefinaria e foco no desenvolvimento da infraestrutura produtiva, na aquisição de ativos e na preparação para o início de suas operações. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração essa circunstância. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Matheus Mezer Maia  
Contador  
CRC nº 1 CE 027557/O-4

**Acelen Industrial S.A.****Balanço Patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20	9
		<b>20</b>	<b>9</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	87.735	-
		<b>87.735</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>87.755</b>	<b>9</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	8	664	-
Tributos a pagar		5	-
Partes Relacionadas	10	2.748	-
		<b>3.417</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Capital social		77.255	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		8.040	10
Prejuízos acumulados		(957)	(1)
		<b>84.338</b>	<b>9</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>87.755</b>	<b>9</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Acelen Industrial S.A.****Demonstração do Resultado**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas	12	(770)	(1)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(770)</b>	<b>(1)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	13		
Despesas financeiras		(186)	-
		<b>(186)</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(956)</b>	<b>(1)</b>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(956)</b>	<b>(1)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - R\$</b>	11.b	<b>(0,05)</b>	<b>(2,96)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Acelen Industrial S.A.****Demonstração do Resultado Abrangente***Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(956)	(1)
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</b>		
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(956)</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Acelen Industrial S.A.****Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 4 de março de 2024</b>	-	-	-	-
<b>Transação de capital</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11.a)	-	10	-	10
<b>Resultado abrangente</b>				
Prejuízo do período	-	-	(1)	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	-	10	(1)	9
<b>Transação de capital</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 11.a)	-	8.114	-	8.114
Aumento de capital (Nota 11.a)	77.255	(84)	-	77.171
<b>Resultado abrangente</b>				
Prejuízo do exercício	-	-	(956)	(956)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	77.255	8.040	(957)	84.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Acelen Industrial S.A.****Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(956)	(1)
<b>Ajustado por:</b>			
Resultado financeiro	13	186	-
		<u>(770)</u>	<u>(1)</u>
<b>Varição dos ativos e passivos operacionais:</b>			
Tributos a recuperar e a pagar, líquidos		5	-
Fornecedores		664	-
<b>Caixa aplicado nas operações</b>		<u>(101)</u>	<u>(1)</u>
IOF pagos		(186)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>		<u>(287)</u>	<u>(1)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	15	(7.816)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(7.816)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.a	8.114	10
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>8.114</u>	<u>10</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>11</u>	<u>9</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<u>20</u>	<u>9</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***1) A Companhia e suas operações**

A Acelen Industrial S.A. ("Acelen Industrial", "Hefa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 4 de março de 2024, com sede na cidade de São Francisco do Conde, na ROD BA 523, KM 4. A Hefa será destinada à produção de Combustível de Aviação Sustentável (SAF) e Óleo Vegetal Hidratado (HVO), e é considerada crucial para a transformação do *feedstock* (matéria-prima) em biocombustíveis de alta qualidade, visando atender à crescente demanda por soluções energéticas sustentáveis. O início das operações da biorrefinaria está previsto para o primeiro semestre de 2029. Serão utilizadas outras matérias-primas quanto a plantaçao da macaúba está em fase de desenvolvimento. Espera-se uma transição gradual até a biorrefinaria operar apenas com o óleo de macaúba como matéria-prima.

A Companhia está atualmente na fase pré-operacional com o início da construção da biorrefinaria, focando seus esforços e investimentos no desenvolvimento da infraestrutura produtiva necessária, aquisição de ativos e preparação para o início de suas operações. Durante este estágio inicial, ainda não há geração de receitas, conforme o plano de negócios previamente aprovado, para garantir a viabilidade e o sucesso das operações futuras. Esta abordagem cuidadosa e planejada visa assegurar que, uma vez iniciadas, as operações possam ser conduzidas de forma eficiente e sustentável, alinhadas aos objetivos de longo prazo.

O acionista controlador da Acelen Industrial é a Acelen Energia Renovável S.A ("Acelen Renovável" ou "Controladora"), que é assessorada e administrada pela MC Brazil Renewable Energy Fundo de Investimento em Participações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 3.397 (CCL positivo em R\$ 9 em 31 dezembro de 2024), principalmente em função do saldo a pagar de partes relacionadas. A Administração analisou seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, quando os aportes necessários são realizados pelo Acionista, conforme evidenciado na Nota 16 de evento subsequente com o aporte de R\$ 796 por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Como mencionado acima, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional contando com aportes de sua Acionista, de forma que a Administração avaliou e concluiu que a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações. Com base nesta conclusão, estas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

**2) Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão e conforme do IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Orientação Técnica OCPC 07 (R1) – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir: (i) a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, e (ii) perdas pela redução do valor recuperável de ativos (*impairment*). O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado sobre essa base, exceto pelas mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

A Administração da Companhia aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 10 de março de 2026.

**a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

**3) Políticas contábeis materiais**

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as políticas contábeis materiais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

**4) Estimativas e julgamentos críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitas a incerteza de mensuração. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, considerados razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e o resultado da Companhia, são apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 5) Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

#### a. Alterações em normas e interpretações em vigor

A Companhia avaliou o impacto de diversas alterações às normas contábeis emitidas pelo CPC que são obrigatoriamente efetivas para o período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2025, conforme detalhado abaixo:

Normas	Descrição	Vigência
<i>Alteração da IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</i>	<i>Em 15 de agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 sobre falta de conversibilidade de taxas de câmbio (CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis). As alterações sobre falta de conversibilidade (Alterações à IAS 21) especificam quando uma moeda é conversível por outra e quando não é, definindo conversibilidade como a capacidade de uma entidade trocar uma moeda pela outra por meio de mercados ou mecanismos de câmbio que criam direitos e obrigações executáveis sem atrasos ou restrições relevantes, na data de mensuração e para uma finalidade específica.</i>	1º de janeiro de 2025
<i>OCPC 10 Créditos de Carbono (tCO2E), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)</i>	<i>A OCPC 10 estabelece orientações contábeis relacionadas ao reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO), aplicáveis às entidades atuantes no mercado brasileiro.</i>	1º de janeiro de 2025

As normas contábeis citadas acima, que entraram em vigor durante 2025, não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### b. Normas e interpretações não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas ainda em análise pelo CPC, que ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, são conforme segue:

Normas	Descrição	Data efetiva
<i>IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros</i>	<i>Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7, que introduzem mudanças nos critérios de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada de forma limitada.</i>	1º de janeiro de 2026
<i>IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</i>	<i>A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e introduz alterações com o objetivo de aprimorar a comparabilidade e a clareza das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras. A norma requer alterações na demonstração do resultado, com a introdução de novas categorias de receitas e despesas — operacional, investimentos e financiamentos — bem como subtotais definidos. Adicionalmente, estabelece requisitos de divulgação em nota explicativa de medidas de desempenho definidas pela Administração, além de alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos relacionados à apresentação e desagregação de despesas por natureza ou função.</i>	1º de janeiro de 2027

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Normas	Descrição	Data efetiva
<i>IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</i>	<i>A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos. A adoção é opcional e pode ser aplicada às demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais da subsidiária, desde que, na data do relatório, a entidade não tenha responsabilidade pública e pertença a um grupo cuja controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS. A subsidiária que adotar a IFRS 19 é obrigada a declarar, de forma explícita e sem reservas, sua conformidade com as Normas Contábeis IFRS, indicando a adoção do IFRS 19.</i>	1º de janeiro de 2027

A Companhia está avaliando todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas para as demonstrações financeiras e, exceto pelo IFRS 18, a Companhia não espera que a adoção destas normas resultem em impactos materiais sobre suas demonstrações financeiras.

**6) Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	20	9
<b>Total</b>	<u><u>20</u></u>	<u><u>9</u></u>

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas com o objetivo de assegurar liquidez imediata para o cumprimento das obrigações operacionais, com exposição a risco insignificante de mudança de valor. Em 2025 a Companhia não possuía aplicações financeiras.

**Política contábil material**

São ativos financeiros mensurados e classificados pelo custo amortizado, são de alta liquidez, com vencimento de até três meses, e cujo valor está sujeito a um risco insignificante de mudança.

**7) Imobilizado**

O ativo imobilizado está representado da seguinte forma:

	<u>Ativos em construção</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Movimentação do exercício</b>		
Adições <sup>(1)</sup>	10.564	10.564
Aporte de ativos <sup>(2)</sup>	77.171	77.171
	<u>87.735</u>	<u>87.735</u>
Custo	87.735	87.735
Depreciação acumulada	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><u>87.735</u></u>	<u><u>87.735</u></u>
Média ponderada de vida útil	N/A	
Mínimo e máximo	N/A	

<sup>(1)</sup> Parte das adições foi reconhecida sem desembolso financeiro no exercício, conforme Nota 15, não impactando a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

<sup>(2)</sup> Refere-se aos ativos recebidos por meio de aumento de capital, reconhecidos pelo custo atribuído, com base em laudo de avaliação independente, com data-base de 30 de setembro de 2025, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27 (Nota 11.a).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do imobilizado da Companhia refere-se, substancialmente, a ativos em fase de construção da unidade industrial destinada à produção de combustíveis renováveis, os valores incorridos compreendendo principalmente dispêndios com engenharia, projetos e obras civis diretamente associados à implantação da unidade industrial, incluindo aportes realizados por meio de integralização de capital social.

### Política contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, custos deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos - *impairment*.

Para nossos ativos não financeiros é efetuada uma avaliação em cada data de entrega de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem mais ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa.

A depreciação dos componentes do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pela taxa equivalente ao seu tempo de vida útil estimado.

Os ativos são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Esta avaliação é revisada anualmente e, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que não havia indicativos de perda relacionada a estes ativos.

## 8) Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedor nacional	664	-
<b>Total</b>	<u>664</u>	<u>-</u>
 Circulante	 664	 -

A Companhia busca negociar com os seus fornecedores um prazo de pagamento entre 20 até 90 dias, incluindo eventuais extensões de prazo com a cobrança de juros de acordo com os termos contratuais negociados com cada fornecedor.

### Política contábil material

Os fornecedores são contabilizados a custo amortizado, com valores nominais acrescidos de encargos e taxas de juros contratuais, quando aplicável, cujos efeitos são refletidos no resultado do exercício. Os montantes em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio do fechamento do exercício.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 9) Imposto de renda e contribuição social

#### a. Posição patrimonial

Os tributos sobre o prejuízo são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava saldos de IRPJ e CSLL.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base no prejuízo fiscal e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	231	-
Diferenças temporárias		
Provisões	94	-
Redução ao valor recuperável de ativos fiscais diferidos	<u>(325)</u>	<u>-</u>
<b>Total ativo fiscal diferido</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo fiscal diferido	-	-

Os prejuízos fiscais não expiram no Brasil e sua compensação é limitada a 30% do lucro fiscal do ano. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de prejuízo fiscal era de R\$ 679. A Administração da Companhia não registrou os saldos dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025. Os montantes são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que haverá lucros tributáveis futuros contra os quais eles poderão ser utilizados.

#### b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(956)	(1)
Tributos às alíquotas da legislação - 34%	325	-
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adição de ativos fiscais diferidos não reconhecidos	<u>(325)</u>	<u>-</u>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Alíquota efetiva</b>	<u>0%</u>	<u>0%</u>
Diferido	-	-

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

No exercício de 2025, a Companhia optou pelo regime fiscal de lucro real anual.

**Política contábil material**

---

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, sendo calculados com base em alíquotas vigentes no Brasil, onde seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e, quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos, quando apresentados, são reconhecidos nas demonstrações financeiras devidamente suportados por estudos técnicos preparados pela Administração, através da estimativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras de longo prazo, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários sujeitos a alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são também reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo o saldo final de ativos e passivos apresentados pelo seu efeito líquido.

**Estimativas e julgamentos críticos**

---

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Nesta avaliação, a Companhia utiliza como base seu planejamento estratégico e projeções de mercado, que são revisadas e complementadas com base na experiência da Administração. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados quando sua realização não for mais provável e revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumentar. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de relatório e reconhecidos quando se tornar provável que lucros tributáveis futuros, contra os quais eles podem ser usados, estarão disponíveis.

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente ao longo do tempo, podendo ocorrer situações em que a interpretação da Companhia pode diferir daquela da autoridade fiscal.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre a aplicabilidade em montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL.

A Companhia aplica a premissa de aceitação por parte da autoridade fiscal dos tratamentos de tributos efetuados em sua apuração, com base em avaliações técnicas internas da Administração e devidamente complementadas por seus assessores legais. Mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais futuras que alterem a análise dos fundamentos podem, por sua vez, demandar revisão das premissas de tratamentos de tributos vigentes.

**Acelen Industrial S.A.****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**10) Partes relacionadas****a. Saldos em aberto com partes relacionadas**

	Passivo	
	31/12/2025	31/12/2024
	Partes relacionadas <sup>(1)</sup>	Partes relacionadas
Acelen Energia Renovável S.A.	2.748	-
<b>Total</b>	<b>2.748</b>	<b>-</b>
Circulante	2.748	-

<sup>(1)</sup> Corresponde a serviços de consultoria incorridos em 2025, contratados pela Acelen Renovável e atribuídos à Acelen Industrial, no âmbito de transação entre partes relacionadas.

**11) Patrimônio Líquido****a. Capital social e Adiantamento para futuro aumento de capital**

Em 4 de março de 2024, constituiu-se a “SF 764 Participações Societárias S.A.” e aprovou-se a subscrição de 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas a R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 400 reais.

Em 2 de maio de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia, que passou a ser denominada “Acelen Industrial S.A.”.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito totalizava R\$ 400 reais, sendo que o capital subscrito e integralizado correspondia ao montante de R\$ 40 reais. O capital social está dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 10, ainda não convertidos em capital social até essa data.

Em 28 de fevereiro de 2025, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 24 mediante a emissão de 24.400 (vinte e quatro mil e quatrocentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2025, em AGE, aprovou-se o aumento de capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 77.231 mediante a emissão de 77.230.597 (setenta e sete milhões, duzentas e trinta mil, quinhentas e noventa e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital ocorreu decorrente da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) no valor de R\$ 60 e o valor de R\$ 77.171, decorrente do aporte de ativos imobilizado com base do laudo de avaliação independente.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, possuía saldo no valor de R\$ 77.255 (setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil) dividido em 77.255.038 (setenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

**Acelen Industrial S.A.****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2025, a Acelen Industrial celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Renovável, totalizando R\$ 8.114. No mesmo período, R\$ 84 foram convertidos em capital social, sendo R\$ 10 referentes a saldo existente em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 74 a aportes realizados em 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía AFAC's no montante de R\$ 8.040, ainda não convertidos em capital social, os quais foram integralizados conforme descrito na Nota 16.b.

**b. Prejuízo por ação**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício (em reais)	(956.499)	(1.184)
Média ponderada de ações em circulação	19.487.357	400
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,05)</u>	<u>(2,96)</u>

Não há efeitos diluidores na Companhia e, por isso, o prejuízo básico e o diluído por ação são os mesmos.

**12) Despesa por natureza**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços contratados <sup>(1)</sup>	(750)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	(20)	-
<b>Total</b>	<u>(770)</u>	<u>(1)</u>
Despesas gerais e administrativas	(770)	(1)
<b>Total</b>	<u>(770)</u>	<u>(1)</u>

<sup>(1)</sup> Corresponde principalmente à serviços de consultoria e serviços advocatícios.

**13) Resultado financeiro**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas financeiras		
IOF	(186)	-
	(186)	-
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(186)</u>	<u>-</u>

**14) Gerenciamento de riscos, instrumentos financeiros e análise de sensibilidade****a. Gerenciamento de riscos**

A gestão de riscos da Companhia é realizada por seus diretores e respectivos comitês de riscos, com base na política corporativa de gerenciamento de riscos aprovado pelo Conselho de Administração. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício de suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, pela alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### i. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes mediante a análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes de seu caixa. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua Controladora e com instituições financeiras de reconhecida liquidez.

### ii. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente, com despesas e compra de ativos para implementação das operações. As condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto prazo e aporte de capital dos acionistas, quando necessário. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reservas de recursos de empréstimos, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e refletem o fluxo financeiro não descontado:

Em 31 de dezembro de 2025	2025	
	Total	Até 1 ano
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	664	664
Partes relacionadas	2.748	2.748
	<b>3.412</b>	<b>3.412</b>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não detinha passivos financeiros em aberto.

### iii. Riscos de mercado

Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de taxa de câmbio: Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### iv. Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade.

Risco coberto	Seguradora	Vigência		Limite máximo de cobertura
		De	Até	
D&O - Primária <sup>(1)</sup>	Chubb	15/10/2025	15/10/2026	110.048
D&O - Excesso 1 <sup>(1)</sup>	AIG	15/10/2025	15/10/2025	110.048
D&O - Excesso 2 <sup>(1)</sup>	Starr	15/10/2025	15/10/2026	55.024

<sup>(1)</sup> Referem-se a apólices seguro cuja cobertura é compartilhada pelas entidades subordinadas ao acionista majoritário indireto MIC Capital Partners Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior.

### b. Reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para a qual foram adquiridos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas, classificadas e mensuradas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2025			2024		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	20	-	20	9	-	9
	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>20</u>	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>9</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	664	-	664	-	-	-
Partes relacionadas	2.748	-	2.748	-	-	-
	<u>3.412</u>	<u>-</u>	<u>3.412</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

### Política contábil material

#### Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)***Ativos financeiros – Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

**Ativos financeiros – Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros são classificados e mensurados subsequentemente ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

**Ativos financeiros - Desreconhecimento**

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado.

**Passivo financeiro – Reconhecimento e mensuração inicial**

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para os passivos financeiros mensurados a valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo acrescidos ou deduzidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

**Passivo financeiro – Classificação e mensuração subsequente**

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras***Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Quando os termos contratuais de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são renegociados ou modificados e essas alterações não são substanciais, seus saldos passam a refletir o valor presente dos fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo do instrumento reavaliado no momento da alteração não substancial dos termos e seu saldo imediatamente anterior a essa alteração é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

**Passivo financeiro - Desreconhecimento**

A Companhia desreconhece o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, este for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Quando há uma troca de instrumentos de dívida com termos substancialmente diferentes entre o mutuário e o credor a Companhia trata como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. Da mesma forma, uma modificação significativa dos termos de um passivo financeiro existente, quer seja em sua totalidade ou em parte, é tratada como a extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

A avaliação da Companhia considera que os termos são substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos, incluindo quaisquer pagamentos líquidos efetuados ou taxas recebidas e descontados pela taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

**c. Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros**

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (pode ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 15) Informações para a demonstração do fluxo de caixa

#### a. Transações não envolvendo caixa

A seguir demonstramos as principais transações que não afetaram o caixa e cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	31/12/2024	Movimentação caixa	Movimentação não caixa		31/12/2025
			Fornecedores	Patrimônio Líquido <sup>(1)</sup>	
Imobilizado	-	7.816	2.748	77.171	87.735

<sup>(1)</sup> Refere-se à integralização de ativos em 30 de setembro de 2025 por meio de aumento de capital, sem efeito sobre caixa ou equivalentes de caixa.

### 16) Eventos subsequentes

#### a. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 6 de janeiro de 2026 e 20 de janeiro de 2026, a Acelen Industrial celebrou Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com sua acionista Acelen Energia Renovável S.A., no montante de R\$ 20 e R\$ 1, respectivamente.

A totalidade dos saldos de AFAC existentes até 30 janeiro de 2026 foram convertidas em capital social, conforme descrito na Nota 16.b.

Em 5 de fevereiro de 2026, 20 de fevereiro de 2026 e 5 de março de 2026, a Acelen Industrial celebrou Termos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital com a Acelen Energia Renovável S.A., nos valores de R\$ 75, R\$ 300 e R\$ 400, respectivamente. Esses montantes serão convertidos em capital social da Acelen Industrial S.A. na primeira deliberação social subsequente ao Termo.

#### b. Integralização de Capital

Em 30 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, o acionista da Companhia aprovou o aumento de capital subscrito e integralizado, de R\$ 77.255 para R\$ 85.316, representando um aumento no valor de R\$ 8.061 mediante a emissão de 8.061.000 (oito milhões, sessenta e um mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, decorrente da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

\*\*\*\*\*

**Acelen Industrial S.A.**



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

*Exercício findo em 31 dezembro de 2025 e 2024*

*(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Diretoria executiva**

DocuSigned by:  
  
0E6CA97B03BD41B  
**LUIZ DE MENDONÇA**  
CEO

Assinado por:  
  
0F5808B9462342C  
**MARCELO FRANÇA NOGUEIRA**  
Diretor Financeiro

Assinado por:  
  
C008AC01033C47C  
**VANESSA GOMES DA SILVA MARTIN**  
Contadora  
CRC SP-278066/O-8